



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008629-26.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **ANASTHÁCIA MONTEIRO DUTRA RODRIGUES**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora almeja ao recebimento de indenização para reparação de danos morais que a ré lhe causou ao cortar indevidamente a energia elétrica de sua residência.

A ré reconheceu em contestação a interrupção no fornecimento da energia elétrica no imóvel da autora, mas ressaltou que assim agiu a pedido da titular da respectiva unidade consumidora.

Mesmo havendo comprovação de que as faturas pertinentes não eram emitidas em nome da autora, mas no de terceira pessoa (Ruth Oliveira – fls. 13/14), a ré não amealhou elementos que respaldassem o argumento que lastreou sua peça de resistência.

Como se não bastasse, ela foi instada especificamente a fazê-lo *"sob pena da alegação – de que agiu por solicitação de outrem – se ter por não provada, o que importará o reconhecimento de que a suspensão da energia elétrica mencionada foi indevida"* (fl. 65).

A ré, todavia, permaneceu inerte (fl. 67), de sorte que se impõe a consequência mencionada consistente no reconhecimento de que sua conduta foi indevida.

Dessa forma, configurado o erro da ré, resta saber se daí deriva o direito à autora em receber a indenização pleiteada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Reputo que a resposta há de ser positiva.

Isso porque nos dias de hoje é de conhecimento geral a importância que a energia elétrica possui para qualquer pessoa mediana.

No cotidiano de um lar, a ausência desse serviço rende ensejo a aborrecimentos de vulto e que vão muito além dos meros dissabores da vida em sociedade.

O cuidado com alimentos perecíveis, que não poderiam ficar em geladeira, e a própria disponibilização de higiene pessoal, por meio de banho com chuveiro elétrico, são dois simples exemplos que denotam a relevância do uso da energia elétrica.

Aliás, a constante utilização de aparelhos eletrodomésticos para as mais variadas finalidades não dá margem a dúvida sobre o assunto.

Nesse contexto, é indubitoso que ao ser exposta a autora a ficar por dias sem energia elétrica em imóvel sofreu severos abalos que consubstanciam danos morais passíveis de reparação.

Quanto à fixação dessa indenização, o valor tencionado transparece excessivo, sobretudo se observar-se que a autora contribuiu para o episódio ao não pedir a transferência da titularidade da unidade para o seu nome.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir da presente data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**